

Igreja e Convento de São Francisco: patrimônio, memória e identidade na capital paraibana

Carol Rangel

Carol Rangel

RANGEL, Carol. Igreja e Convento de São Francisco: patrimônio, memória e identidade na capital paraibana:

Carol Rangel. Academia Brasileira de História e Literatura, 2026. Disponível em:

<https://academiaabhl.org/portal/publicacoes/igreja-e-convento-de-sao-francisco-patrimonio-memoria-e-identidade-na-capital-paraibana>.

<https://academiaabhl.org/portal/publicacoes/igreja-e-convento-de-sao-francisco-patrimonio-memoria-e-identidade-na-capital-paraibana>

Área: Artigos Acadêmicos

Publicado em 16 de junho de 2026

Membro da Academia Brasileira de História e Literatura (ABHL)

Formada em Direito e Jornalismo pela UFPB

Mestre em Relações Internacionais pela UEPB

Doutora em Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa

Escritora de Romances Históricos

O patrimônio material brasileiro é constituído pelos bens físicos que uma sociedade reconhece como expressão de sua memória coletiva e de sua identidade cultural. Entre esses bens, destacam-se edificações, monumentos, documentos e conjuntos arquitetônicos que testemunham processos históricos fundamentais para a compreensão do Brasil. Na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, um dos mais significativos exemplos desse patrimônio é a Igreja e Convento de São Francisco, também conhecido como Conjunto Franciscano ou Centro Cultural São Francisco.

Localizado no Centro Histórico da capital paraibana, o conjunto é formado pela Igreja de Santo Antônio, pelo convento franciscano, pela Capela da Ordem Terceira de São Francisco, pela Capela de São Benedito, pela Casa de Oração, pelo claustro, pelo adro e pelo cruzeiro fronteiro. Reconhecido como um dos mais importantes exemplares da arquitetura religiosa colonial brasileira, o complexo representa não apenas a história da Paraíba, mas também aspectos centrais da formação cultural e social do Brasil.

A origem do conjunto remonta ao final do século XVI, período de consolidação da presença portuguesa na então Capitania da Paraíba. A fundação do convento franciscano ocorreu em 1589, e sua primeira construção foi concluída em 1608. Durante a ocupação holandesa, os frades foram expulsos da região, retornando somente após a retomada portuguesa em meados do século XVII. Ao longo dos séculos seguintes, o complexo passou por sucessivas ampliações e intervenções, adquirindo a configuração monumental que hoje o caracteriza.

A história do conjunto franciscano está intimamente ligada ao processo de formação urbana de João Pessoa, antiga Filipéia de Nossa Senhora das Neves. Assim como ocorreu em diversas cidades coloniais brasileiras, as instituições religiosas desempenharam papel central na organização do espaço urbano, na difusão da fé católica e na legitimação do poder colonial. Mais do que locais de culto, igrejas e conventos eram centros de sociabilidade, educação e influência política.

Ao observar a Igreja e Convento de São Francisco, percebe-se que sua importância ultrapassa os limites da história regional. O conjunto materializa, em pedra, talha dourada, azulejos e elementos arquitetônicos, aspectos fundamentais da experiência colonial brasileira. Nele estão presentes a herança portuguesa, a religiosidade católica, a arte barroca e as formas de organização social que marcaram os primeiros séculos da história nacional.

Nesse sentido, o patrimônio assume a função de documento histórico. Diferentemente dos textos escritos, que registram narrativas específicas, os edifícios históricos preservam evidências materiais do passado, permitindo que diferentes gerações estabeleçam contato direto com períodos já distantes no tempo. Suas paredes, fachadas, altares e espaços internos constituem testemunhos concretos da sociedade que os produziu.

A relevância do Conjunto Franciscano também se relaciona à preservação da memória coletiva. Ao conservar esse patrimônio, preserva-se não apenas uma construção antiga, mas a possibilidade de compreender as múltiplas camadas da formação brasileira. O edifício torna-se uma ponte entre passado e presente, permitindo que a sociedade contemporânea reflita sobre os processos históricos que contribuíram para moldar sua identidade.

Atualmente, o conjunto encontra-se protegido por meio do tombamento federal realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instrumento jurídico destinado à preservação de bens de reconhecido valor cultural. O tombamento impede intervenções que comprometam a integridade histórica do patrimônio e representa uma importante garantia para sua conservação.

Entretanto, a proteção legal, por si só, não elimina todos os desafios. Como ocorre com diversos bens históricos brasileiros, a preservação do conjunto exige investimentos contínuos em manutenção, restauração e educação patrimonial. A ação do tempo, a umidade, o

desgaste dos materiais, a pressão urbana e a limitação de recursos destinados à conservação constituem desafios permanentes para a gestão do patrimônio cultural.

Outro aspecto fundamental diz respeito à relação entre a população e os bens preservados. Um patrimônio histórico somente cumpre plenamente sua função social quando é reconhecido como parte integrante da memória coletiva. Mais do que um atrativo turístico, a Igreja e Convento de São Francisco deve ser compreendida como um espaço de pertencimento e de construção de identidade, capaz de aproximar os cidadãos de sua própria história.

Ao mesmo tempo em que representa a riqueza artística e arquitetônica do período colonial, o conjunto também convida à reflexão sobre as contradições da formação brasileira. Sua monumentalidade está associada a uma sociedade marcada por profundas desigualdades, hierarquias sociais rígidas e relações de dominação características do mundo colonial. Dessa forma, o patrimônio não deve ser percebido apenas como expressão estética, mas como testemunho de um processo histórico complexo, composto por realizações, conflitos e permanências.

A preservação da Igreja e Convento de São Francisco reafirma a importância da memória como elemento constitutivo da identidade nacional. Preservar patrimônios materiais significa garantir às futuras gerações a possibilidade de compreender seu passado, reconhecer suas heranças culturais e refletir criticamente sobre os caminhos percorridos pela sociedade brasileira.

Mais do que um monumento histórico, o Conjunto Franciscano de João Pessoa permanece como símbolo da capacidade da cultura de atravessar séculos e manter vivo o diálogo entre memória, história e identidade. Sua existência recorda que o patrimônio não é apenas aquilo que herdamos do passado, mas também aquilo que escolhemos preservar para o futuro.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

CENTRO CULTURAL SÃO FRANCISCO. História do Conjunto Franciscano de João Pessoa. Disponível em: <https://centroculturalsoofrancisco.org.br>. Acesso em: jun. 2026.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005.

IPHAN. *Patrimônio Material Brasileiro*. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan>. Acesso em: jun. 2026.

ACADEMIA BRASILEIRA DE HISTÓRIA E LITERATURA. *Ciclo de Estudos ABHL – Patrimônio Material Brasileiro – Módulo I*. Rio de Janeiro: ABHL, 2026.

Carol Rangel

Membro da Academia Brasileira de História e Literatura

COMO CITAR

RANGEL, Carol. Igreja e Convento de São Francisco: patrimônio, memória e identidade na capital paraibana: Carol Rangel. Academia Brasileira de História e Literatura, 2026. Disponível em:
<https://academiaabhl.org/portal/publicacoes/igreja-e-convento-de-sao-francisco-patrimonio-memoria-e-identidade-na-capital-paraibana>.